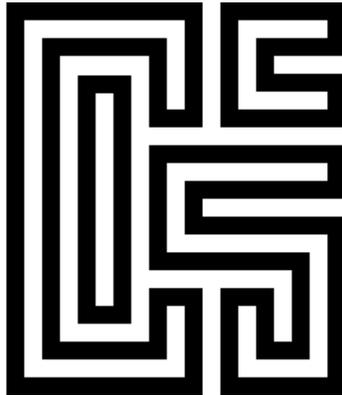


CISC



CENTRO INTERDISCIPLINAR DE SEMIÓTICA DA CULTURA E DA MÍDIA

Ordem cultural e ordem natural do tempo



Vicente Romano Garcia

Na sociedade moderna, a maioria das pessoas vive uma relação deslocada com o tempo. Ou, dito de outro modo, o tempo as domina.

Entre as numerosas coações às quais o ser humano está submetido, conta também a do tempo. Quem não se queixa, hoje em dia, da falta de tempo, do que gostaria de fazer se tivesse tempo, ou seja, se o tempo fosse seu? Um dos paradoxos da sociedade industrial desenvolvida consiste precisamente em que à medida em que se tem reduzido a jornada de trabalho, o tempo de trabalho, parece que as pessoas vão tendo menos tempo livre, isto é, menos tempo disponível para fazer o que se gostaria. Daí que o domínio do tempo constitua hoje em dia parte essencial de todo projeto emancipador, de todo projeto que pretenda transformar as atuais condições de vida e de trabalho no sentido de melhorar a qualidade de vida de todos e não só de uma minoria. Qualquer ideal de progresso, isto é, de aperfeiçoamento da organização social deve portanto levar em consideração a análise do tempo, ou melhor dizendo, dos diferentes tempos, a fim de descobrir suas contradições e ver suas possibilidades de superação.

Na sociedade pré-industrial o patrão contratava o trabalhador agrícola e o aprendiz de artesão por um ano. Não se mediam suas horas e sua vida se ajustava ao ritmo da vida do patrão. Era sempre ao ser humano total que se contratava. O empresário moderno, pelo contrário, só contrata por um número determinado de horas. Estas adquirem assim caráter de mercadoria, diferenciando-se de outros tempos. Ocorre então uma mudança de mentalidade que tende a considerar essas horas isoladas como as únicas rentáveis. Por isso aumenta sua intensidade. A empresa moderna organiza o tempo de trabalho e estabelece seus ritmos, posto que necessita explorar ao máximo essas horas. E, conscientemente, aceita-se, em âmbito geral, que assim seja.

O trabalho agrário das sociedades rurais equivale a um modo de viver em colaboração com a natureza, a saber manuseá-la. O lavrador conhece a terra, o artesão aproveita as qualidades da matéria com a qual trabalha e manipula seus defeitos. O trabalho o une com a natureza que transforma. Na sociedade moderna, pelo contrário, o trabalho multiplica os intermediários entre o ser humano e a natureza, convertendo-se em trabalho abstrato.

É lógico, portanto, que cada vez haja mais trabalhadores que tendam a situar as horas essenciais de sua vida fora do tempo de trabalho, no que costuma-se denominar *tempo livre* (livre da maldição do ter que trabalhar).

O estresse do tempo é um fenômeno típico das chamadas “sociedades avançadas”. Com a industrialização descobriu-se em seguida que se podia fazer com que os seres humanos trabalhassem pelo tempo do relógio. O tempo se converteu assim em um *bem precioso* do qual se queria ter cada vez mais e mais. Surgiram as angústias de perder e esbanjar o tempo. E estas angústias constituem hoje a parte essencial da vivência estressada do tempo.

Há sido dito muitas vezes que o símbolo e paradigma da Idade Moderna não é a máquina a vapor, mas sim o relógio mecânico. É precisamente a uniformidade e indiferença de um fluxo de tempo linear e mensurável o que permite qualquer manipulação, separação, condensação, precisão, estandardização etc.

Se na Idade Média o tempo era ainda um dom divino, a economia do tempo foi acompanhada da secularização. O tempo de trabalho converteu-se hoje no tempo remunerado pelo sistema industrial próprio deste modelo civilizatório. Em consequência, o trabalho não retribuído, informal ou clandestino, não é socialmente reconhecido, posto que o tempo dedicado a ele não se pode medir, dividir, racionalizar. Esta hierarquia de valores e de emprego do tempo reforça a produção material e converte a economia no centro da vida. A categoria do trabalho e sua extensão ao tempo é o conceito dominante da vida ativa, tanto no tempo de trabalho como no tempo livre.

Por isso se divide, organiza e comercializa também o tempo livre. Os parâmetros do tempo livre não são o descanso, recreio, estímulo, mas os quilômetros que se percorreu e os *souveniers*.

Os relógios tornaram-se mais precisos ao longo dos séculos. Os relógios mecânicos eram pouco exatos até quase o início da Idade Moderna e prestavam-se mais para satisfazer necessidades estéticas e simbólicas do que para regular os movimentos. Desde a clepsidra até o relógio atual, que mede o tempo exato com a longitude de onda do átomo do césio, percorreu-se um longo processo de

abstração. Esta ordem cultural do tempo já não guarda relação alguma com os ritmos naturais do tempo. Nesta tendência a uma ordem social do tempo manifesta-se toda uma série de aspectos parciais: precisão (unidades de tempo cada vez menores), coordenação e sincronização social de todos os aspectos da vida segundo medidas abstratas do tempo, controle, compromissos agendados e pontualidade, universalização das unidades de espaços pequenos, etc. Expressões como “*timing*” e “*gestão do tempo*” não são resultados casuais desse desenvolvimento.

Esta tendência básica da ordem cultural do tempo é acompanhada dos meios mecânicos de transporte, dos modernos meios de informação e comunicação, da iluminação artificial, do ar condicionado etc. Tem havido uma espécie de co-evolução técnico-cultural concomitante ao desenvolvimento da ordem cultural do tempo.

Atualmente há cada vez mais pessoas separadas da ordem natural do tempo. Os jovens se deitam quando sai o sol e não quando ele se põe. Há discotecas que abrem à meia-noite ou mesmo depois. Tempos socialmente definidos como as notícias da TV, a abertura dos cinemas, dos restaurantes, os feriados etc., marcam a vida do cidadão atual. Há inclusive grupos sociais que postulam a liberdade das ordens e da configuração do tempo para cada um: que se possa comprar durante as 24 horas do dia, como se mantém em emissão permanente as cadeias televisivas. Pode-se esquiar tanto no inverno quanto no verão, comer fruta fresca independentemente das estações do ano etc.

Mas apesar de tudo a ordem natural do tempo segue vigente. Os indicadores naturais do tempo seguem ativos, como demonstram as investigações da medicina do trabalho ao estudar a influência dos turnos do trabalho noturno e da luz artificial no organismo humano. Basta recordar a este respeito as repercussões existentes no âmbito do tráfego e na energia. Não deixa de ser ao menos curioso que durante o inverno regulem-se as temperaturas interiores a 21° ou mais, enquanto que no verão esses mesmos espaços se esfriam para baixo dos 21° utilizando o ar condicionado. Esta circunstância leva à interação entre os ritmos sociais do tempo e a criação de artefatos materiais.

Quanto ao que se refere ao espaço, a arquitetura e o planejamento do espaço, separados dos ritmos e condições naturais, correspondem, geralmente, às regulações sociais do tempo, que por sua vez não levam em consideração essas condições naturais.

Pode servir de exemplo a comparação entre a arquitetura norte-americana e a tradicional mediterrânea. A primeira gasta muita energia esfriando os espaços durante o verão, enquanto a segunda soluciona o problema há séculos adaptando as construções ao clima.

O desenvolvimento das ordens culturais do tempo é concomitante à extensão da sociedade industrial euro-norte-americana. Entre suas manifestações mais importantes estão: a universalização do tempo (calendário, horas, fixação dos fusos horários) e a tendência à homogeneização da ordem cultural do tempo, independentemente das peculiaridades regionais e climáticas.

Um desenvolvimento criador da ordem cultural do tempo que leve em conta a ordem natural do mesmo não significa voltar outra vez ao princípio, nem muito menos às raízes de nossos ancestrais. Ainda que fosse só porque os bosques desapareceram da face da terra. Os ideais diretivos da sociedade moderna, industrial e pós-industrial, são a velocidade e a aceleração crescentes. E onde melhor se manifestam são nos meios de transporte e de comunicação dos séculos XIX e XX. A aceleração do tempo é tal que o futuro condiciona e determina o presente. Esta circunstância tem modificado a representação do tempo. Daí que importe cada vez mais utilizar de um modo razoável não só o tempo de trabalho como também o do ócio, que é, por excelência, o tempo da comunicação.

O incremento dos ritmos não modifica só as técnicas e a organização do trabalho. Também altera-se o sentimento do tempo e suas estruturas. Assim, por exemplo, na radiodifusão (rádio e televisão) efetuou-se uma rápida aceleração no curso de uma vida. As colaborações faladas se reduzem mais e mais, posto que os ouvintes não dedicam a atenção e o tempo necessários para as acompanhar.

A rápida mudança tecnológica dissolve a ordem tradicional do tempo. Os indivíduos tentam compensar esta perda aumentando a demanda de formação, refletida no conceito de “educação permanente”.

As mudanças ocorrem com tal rapidez que não se percebe. Dilui-se assim o princípio e o fim das coisas. Porém, o ser humano necessita conhecer o princípio e o fim para diferenciar os processos, os desenvolvimentos, as dinâmicas, para se orientar no fluxo do tempo. Na sociedade da alta velocidade o tempo mesmo se converte em objeto de aceleração. A consequência é que cada vez carece-se mais do tempo necessário para dar sentido ao princípio e ao fim das coisas, tanto no âmbito individual como social. O final do velho e o começo do novo sobrepõem-se com mais freqüência. O novo é substituído precipitadamente pelo mais novo, como demonstra por exemplo o mundo dos computadores. As separações e conexões, começos e conclusões, ocorrem simultaneamente.

Os ritos, cerimônias e símbolos perdem força na medida em que a ordem temporal separa-se da natureza e do acontecer social. Esta separação tem raízes na idéia de “progresso” que, em sua versão atual, carece de conclusão. Sempre há que se seguir avançando. A atividade humana não tem um objetivo concreto, salvo o do próprio progresso. O princípio e o fim são determinados pelo ritmo estabelecido pelos seres humanos, e não pela natureza. O progresso se apropriou do futuro e, com ele, do tempo. Os términos e a morte não são mais que perturbações do progresso contínuo. Na sociedade moderna os indivíduos dispõem do tempo. Já não formam parte de um processo social com princípio e fim, mas sim são eles mesmos quem tem de os estabelecer. Na sociedade industrial tudo tem de estar permanente, ou seja, a qualquer hora e em qualquer lugar.

As relações humanas adquirem assim o caráter de relações contratuais, racionalizadas em função do proveito recíproco. Reduz-se o gasto material e emocional, e as tarefas individuais e sociais trasladam-se a instituições burocráticas criadas; de fato, desde os aniversários das crianças até os velórios estão hoje nas mãos de empresas especializadas.

O ritmo da vida já não é mais marcado pelo nascer e por-do-sol diários. Desenvolve-se entre o programa televisivo do desjejum e o telejornal da noite. O ideal é a ausência de pausas, o “*nonstop*”. Não se quer parar as máquinas nas fábricas nem os programas de TV.

São os novos meios, as novas tecnologias, que imprimem o traço característico deste fim de século, e os que aceleram a vida humana até a dissolução de todo o princípio e fim. Vive-se sobre o “trans”: transporte, transitoriedade, transversalidade, transnacionais etc. Como o culto à velocidade está a ponto de fazer com que o mundo se perca, chega-se a uma situação em que é preciso perguntar-se por uma ecologia do tempo. Diz-se que se tem perdido o mundo porque o homem o tem contaminado até o ponto de torná-lo inabitável. Faz-se referência assim à ordem natural, real, do tempo. Mas também este está contaminado pela velocidade instantânea dos meios de transporte e de comunicação.

Perde-se o mundo porque este resulta demasiado pequeno para as novas tecnologias. Estas tornam cada vez mais impossível a experiência duradoura. Ou seja, as experiências ocorrem sem que as percebamos. Porém, sem duração, o ser humano perde a consciência da distância que mantém consigo próprio e que mantém com o entorno, perde-se a visão das coisas e de sua evolução. Perde-se a produtividade da lentidão.

Esta sociedade da renovação fugaz e constante, onde as novidades determinam o mercado, faz com que os seres humanos experimentem cada vez menos os limites das coisas e corram cada vez mais atrás delas. A experiência dos limites é necessária para a experiência do próprio eu, para a constituição da identidade e da consciência de si mesmo. Serve para diferenciar e dominar os acontecimentos da vida. As instituições formativas, escolas, universidades e, sobretudo, os meios, especialmente os audiovisuais, regem-se pelo princípio da economia de sinais. Isto é, procuram superar em unidades de tempo cada vez menores espaços cada vez maiores, e alcançar um número cada vez maior de consumidores/receptores. Difundem-se informações e conhecimentos em intervalos cada vez menores (módulos), nos quais não resta já nenhuma margem temporal para a apreensão e elaboração intelectual e física. O princípio diretivo do ensino é também o de ganhar tempo, mesmo que para Rousseau a regra de ouro da educação consistisse em perder tempo, não em ganhá-lo.

Requer-se, pois, uma ecologia do tempo. O desenvolvimento criador da ordem cultural do tempo volta a descobrir sua ordem natural. A consideração desta ordem natural do tempo implica:

- 1) a compreensão do nexa entre os ritmos geofísicos e os biorritmos
 - 2) a compreensão das diferentes escalas temporais dos ecossistemas
 - 3) tempo para a observação
-

Apesar de todas suas limitações e aberrações, na sociedade atual seria possível fazer um uso mais participativo e emancipador do tempo. Seria viável um melhor aproveitamento dos espaços públicos e coletivos existentes, tanto na infraestrutura existente como buscando novas utilizações. Seria preciso opor-se à desregulação-privatização dos âmbitos públicos, isto é, *populicus*, e reivindicar, em troca, sua ampliação. Deste modo, o consumo cultural perderá gradualmente seu caráter de espetáculo passivo para se converter em participação ativa.

É preciso partir da base de que o escasso desenvolvimento de alguns elementos do tempo livre e a manifesta desigualdade entre as distintas classes e grupos sociais podem surgir de duas causas. Primeira, do baixo nível cultural do ócio, do escasso desenvolvimento dos gostos, demandas e necessidades, assim como da incapacidade para organizar esse tempo, ou da infra-utilização das possibilidades existentes. Segunda, pela falta de condições objetivas necessárias para essa melhor utilização.

Desde logo, não importa somente a quantidade, senão também a qualidade, o conteúdo do tempo. Daí que convenha examinar o emprego do mesmo já a partir do ponto de vista do objeto da utilidade (o que se faz) e da perspectiva de seu caráter (como se faz). É preciso saber também como se formam e desenvolvem os gostos, quem os determina e se beneficia com eles.

Neste sentido cabe perguntar-se o que é uma atividade útil, eficaz. Fala-se, inclusive desde perspectivas socialistas, que é a que estabelece as energias físicas e espirituais, amplia os horizontes espirituais etc. Mas isto não basta, pois o

ser humano não é só *homo faber*. Temos que colocar o problema do caráter do trabalho e a criação das condições necessárias para o desenvolvimento não alienado do homem, tanto no tempo de produção quanto no de reprodução. É preciso fomentar o desenvolvimento multilateral da personalidade humana, ou seja, as atividades que contribuem com o desenvolvimento das atitudes benéficas, não antisociais, da pessoa.

O desenvolvimento multilateral e harmônico da personalidade, da subjetividade, exige empregar o tempo livre com mais de um elemento. Quanto mais variada é a atividade humana, tanto maior seu conteúdo. Assim, por exemplo, se se observa o emprego que os espanhóis fazem de seu “tempo livre”, o quadro não pode ser mais desolador. Das quatro horas de que dispõem, mais de 3 horas e meia passam, física e espiritualmente constrangidos, ante a tela do televisor. Agora, como se sabe, a televisão isola o indivíduo, o compele a aquisição passiva da cultura e do conhecimento, causa dependência, desagrega a família, desfigura o humano, mutila a sensibilidade, obscurece a mente, produz a perda da articulação, favorece o controle autocrítico da população etc. Daí que o que se pudesse perder por não apertar o botão e obter entretenimento instantâneo, será regiamente compensado com o enriquecimento que supõe o redescobrimto de outras facetas da experiência humana. O ideal humanista exclui a indústria do entretenimento com conteúdo desumanizador, antisocial.

Uma mudança no emprego do tempo passa, finalmente, por uma definição da cultura a partir da prática dos cidadãos e de um novo conceito de ser humano. Teria que se criar uma cultura cotidiana na qual o tempo fosse próprio e não alienado e alienante, de outros, dos poucos que se enriquecem com as carências dos muitos. Criar uma nova cultura significa antes de tudo liberar o potencial criador e organizador dos cidadãos, fazendo com que sejam protagonistas ativos e não consumidores de uma minoria de “conhecedores”; seria preciso “ampliar o círculo de conhecedores”, como dizia Brecht.

E, para tudo isso, o domínio do tempo e sua ecologia parece imprescindível.

Impõe-se um ecotempo, um equilíbrio entre as ordens cultural e natural do tempo, um freio à vida acelerada atual. Na rapidez tudo fica demasiado “curto”, nada satisfaz por completo: necessidades pessoais de afeto e ternura, cultura do debate, discurso linguístico, apresentação simultânea da imagem. A frustração do inacabado gera estresses e depressões generalizadas. A psicologia da caça, persecutória, e a psicologia da carreira competitiva, de ser sempre o primeiro a apresentar-se antes dos demais, baseia-se na esperança de que se reduzam as distâncias espaciais. Tanto a *race of life* de Hobbes como a teoria da evolução de Darwin encerram em si competições temporais. A caça ao dólar, seguindo a *Riqueza de las naciones* de Adam Smith converteu-se na *pursuit of happiness* (perseguição da felicidade). Sim, a vida é movimento, mas os espaços pelos quais se move estão cheios de obstáculos. O espaço, o tempo e a mobilidade proporcionam a medida da capacidade perceptiva individual.

O processo sociológico de aceleração iniciou-se há 500 anos com o serviço de correios, os impressos volantes, avisos e relações. Enquanto isso, a jornada laboral da indústria reduziu-se de 60 horas (1900) para 35-40. Coloca-se assim a questão de como converter o tempo do ócio em tempo livre. O ser humano não suporta a inatividade. Os derrotistas evadem-se com a ajuda das drogas a mundos de sonho que tem sua própria cronologia. A indústria eletrônica dos meios volta a tirar dos mediatizados o biotempo ganho com cem anos de luta sindical. A sociedade sem tempo necessita de novas cronologias. Tem que se corrigir, agora, as sincronizações forçadas entre as ordens temporais do trabalho e as férias que alienaram o presente das pessoas e as converteram em escravos do delírio da aceleração.

Impõe-se um uso mais saudável e racional do tempo. O menosprezo pelo presente fez com que se esquecesse que toda arte tem que se exercer no presente. Certo, existem obras de arte anteriores e posteriores. Mas cada uma delas é um produto de seu correspondente modo de vida, de uma auto-organização do tempo. Mas como o biotempo orgânico transcorre inexoravelmente, a arte consiste em colher o dia, em unir as oposições (*Eclesiastes*, 3,1-8).

Hermann Broch entendia a indústria da tensão como sintoma do capitalismo intensivo. Em efeito, a incapacidade para se distender é imanente ao sistema. A época dos recordes é também a do nervosismo. Recém saído de uma época de terror atômico, o ser humano atual apenas pode trabalhar com o bom humor que pede a Bíblia (*Eclesiastes*, 3, 13, 22). O incessante estímulo dos sentidos perturba o organismo. Até o sistema de imunidade humano funciona de maneira rítmica. Mas, quando faltam os intervalos, quando se confundem o dia e a noite, não se pode falar mais de descanso. Os estímulos permanentes limitam as pessoas na inutilidade da permanência.

Neste sentido, temos que recordar o velho aforismo alemão “Die Stadluft macht frei” (“O ar da cidade liberta”), referindo-se não só à liberdade da opressão física (*knechtschaft*), como também à liberdade da opressão espiritual. Teríamos que nos perguntar até que ponto é certo hoje em dia, ao menos no ar cosmopolita das grandes cidades.

O certo é que a única maneira de ser livre é entender a realidade para a dominar. Como disse F. Cordón, a liberdade é a capacidade de definir a ação conveniente com a máxima previsão possível. Mas a liberdade humana, a que cada um deve se esforçar por conquistar só pode ser obtida sobre a máxima cooperação humana. A essência do homem é a conquista contínua de liberdade em cooperação com os demais.

Sabe-se, a sociedade faz-se cada vez mais complexa e mais dinâmica. Os acontecimentos sucedem-se com uma densidade e freqüência crescentes. A acelerada massificação dos meios de informação e dos transportes faz com que a torrente de estímulos sociais afete praticamente a maioria das pessoas.

A humanidade parece uniformizar-se com rapidez. Irreflexivamente, poderia considerar-se que esta abundância de estímulos marca o progresso da organização social moderna. Mas o desenvolvimento desta não pode medir-se pela densidade de estímulos sociais novos, mas sim pelo quão adequados sejam estes estímulos para aperfeiçoar a organização social, para a criação de um meio humano mais solidário e mais livre.

O emprego simultâneo do tempo biológico e social pode ser ensinado e aprendido, sempre que ninguém se aproprie do insubstituível biotempo de outros, salvo os prazos acordados em comum.

A sentença bíblica de que tudo tem seu tempo exige também respeitar o biotempo dos demais, não lhes roubar seu tempo, nem tampouco negá-lo quando o necessitam. Ser amável (ou amigo) significa ter tempo e estar presente quando se requer tempo. Dar biotempo é o presente mais precioso de todos, porque é insubstituível.

O deslocamento do presente pela cronologia sociológica altera as comunicações humanas que, com demasiada freqüência, só podem realizar-se agora e não logo mais. A grande arte da vida é encontrar a medida temporal correta.

Se é certo que nada há de impedir-nos, então é preciso praticar o sossego e a paciência, o saber esperar e a tolerância temporal, escutar antes de falar, para que a maneira como lidamos com o tempo possa melhorar a qualidade de vida desta sociedade que não dá seu tempo ao tempo. As pessoas se definem por seu trato com os demais, e a sociedade não pode ser mais humana do que as formas de tratar a seus membros.

Antoine de Saint-Exupéry ironiza assim a economia do tempo no capítulo XXIII de *O Pequeno Príncipe*:

“- Bom dia, disse o principezinho.

- Bom dia, disse o vendedor.

Era um vendedor de pílulas aperfeiçoadas que aplacavam a sede. Toma-se uma por semana e não é mais preciso beber.

- Por que vendes isso? perguntou o principezinho.

- É uma grande economia de tempo, disse o vendedor. Os peritos calcularam. A gente ganha cinquenta e três minutos por semana.

- E o que se faz, então, com os cinquenta e três minutos?

- O que a gente quiser...

“Eu, pensou o príncipezinho, se tivesse cinquenta e três minutos para gastar, iria caminhando passo a passo, mãos no bolso, na direção de uma fonte...”

Vicente Romano Garcia é doutor em Comunicação Social, pela Universidade de Münster e doutor em Ciências da Informação, pela Universidade Complutense.